Fax de Parente confirma acordo com 'anões'

O presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), recebeu ontem cópia do fax de seis páginas enviado de Washington à comissão pelo ex-secretário nacional de Planejamento Pedro Parente. No documento, além de confirmar o acordo entre Executivo e Legislativo para o Orçamento de 1992, Parente defendeu as bases do entendimento.

O acordo, do qual participou o ex-ministro da Economia Márcilio Marques Moreira com o aval do então presidente Fernando Collor, teve dois objeti-

vos: incluir projetos de interesse da Comissão do Orçamento na proposta orçamentária do governo e limitar as alterações do Congresso. Pedro Parente lembrou que as propostas orçamentárias dos anos anteriores foram completamente modificadas pelo Congresso e que o Executivo tinha "reduzidíssima margem de manobra" para rejeitar ou ajustar as alterações.

"A inclusão de projetos no Orçamento, seja por iniciativa do Poder Executivo seja por decisão final do Congresso, por si

só não configura ilegalidade e resulta do desempenho das respectivas responsabilidades constitucionais", escreveu Parente no fim de uma lista de considerações a respeito do acordo.

O ex-secretário do Planejamento argumentou que o acordo aceleraria a tramitação, já que o governo se adiantaria e incluiria em sua proposta os projetos da Comissão de Orçamento. Além disso, se os mesmos projetos não contentassem o Legislativo, o plenário poderia derrubá-los.

Segundo Parente, a reunião decisiva foi de fato realizada na casa do deputado João Alves (sem partido-BA), com a participação do ex-líder do PMDB na Câmara Genebaldo Correia (BA) e do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). Mas o ex-secretário de Planejamento alega que "os entendimentos foram feitos com interlocutores legais e legítimos por parte do Congresso, ou seja, presidente e relator da proposta orçamentária, e não com o posteriormente denominado grupo dos sete anões".